



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

**A DIMENSÃO TÉCNICO OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE:
ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE A INSTRUMENTALIDADE E A QUALIDADE
DAS AÇÕES PROFISSIONAIS DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO SISTEMA ÚNICO
DE SAÚDE**

CAMILA MARQUES MENDONÇA¹

JOSEFA LUSITANIA DE JESUS BORGES²

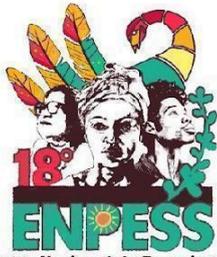
RESUMO:

O artigo pretende situar o debate da instrumentalidade do Serviço Social no campo da saúde, enquanto uma categoria que possibilite uma apreensão do exercício profissional no cotidiano dos serviços. Utilizar-se-á para o alcance dos objetivos do artigo uma abordagem qualitativa, por meio do diálogo entre os/as autores/as que debatem o tema, através da pesquisa bibliográfica, e da pesquisa documental fincada nas Lei 8080/1990 e a Lei 8.662/1993. Os resultados evidenciam que é imperativo a mudança de rota em torno das ações profissionais, no campo da saúde, a partir de indicativos que sinalizam para a construção de estratégias e ações que facultem a participação dos/as usuários/as na arena da política pública, no desvelamento e socialização dos determinantes sociais de saúde, no intuito, também, de instrumentalizar a população no seu processo de emancipação

Palavras-chaves: Serviço Social; Instrumentalidade; Saúde.

¹ Universidade Federal da Bahia

² Universidade Federal da Bahia



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ABSTRACT:

The article intends to situate the debate on the instrumentality of Social Work in the field of health, as a category that allows an understanding of professional practice in the daily life of services. A qualitative approach will be used to achieve the objectives of the article, through dialogue between the authors who debate the theme, and documentary research of the legislation referring to the Unified Health System. The appropriation by the professional category of the necessary articulation of the three dimensions of the profession, that is, the ethical-political, theoretical-methodological and technical-operative dimension, can be a fruitful way to guarantee the quality of services provided to users of the SUS.

Key-works: Social Service, Instrumentality, Health.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca suscitar o debate acerca da contribuição da categoria instrumentalidade no âmbito do Serviço Social e a qualidade dos serviços prestados no Sistema Único de Saúde por esta categoria profissional, conforme a direção social do seu projeto ético-político. O artigo objetiva ainda compreender como o exercício profissional, no cotidiano dos serviços, tem sido realizada, contemplando as três dimensões do exercício profissional, ou seja, a dimensão técnico-operativa, ético-política e teórico metodológica; e, em que medida tem oferecido respostas qualificadas as complexas, heterogêneas e diversificadas demandas que chegam aos serviços de saúde, frutos de uma instrumentalidade, “inspirada na razão dialética” conforme pontua Guerra (2014, p.37), mas que se encontra tensionada pela racionalidade instrumental do capital que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

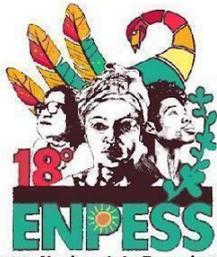
busca imprimir o pragmatismo no interior do cotidiano profissional como sinônimo do que é útil e eficaz.

Em continuidade, informa-se que o caminho metodológico do presente artigo far-se-á a partir de uma abordagem qualitativa com inspiração do materialismo histórico-dialético a partir do diálogo das autoras com outras autoras/es por meio da pesquisa bibliográfica sobre o objeto em questão, aliada a pesquisa documental que consistiu na pré-análise, organização e análise das da Lei 8080/1990 e a Lei 8.662/1993. Assim, salienta-se que o artigo se encontra estruturado em duas partes. Na primeira é resgatado o debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social e as diversas determinações da profissão- resultados da sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho da sociedade capitalista- e as racionalidades subjacentes no campo da profissão. Desta forma, para trabalhar a categoria instrumentalidade serão utilizados os aportes teóricos oriundos especialmente da análise da autora Yolanda Guerra (2014), bem como contribuições dos/as autores/as Odete Fernandes (2016), Helder Sarmiento (2016), entre outros. Na segunda parte é realizada uma interlocução com alguns autores/as que discutem o exercício profissional do assistente social na área de Saúde, tais como Maurilio Mattos (2007), Maria Inês Bravo (2007) e Ana Maria Vasconcelos (2012), os quais trazem elementos para uma reflexão sobre os impasses e as possibilidades de uma atuação crítica e compromissada com os/as usuários do Sistema Único de Saúde.

1. Por que utilizar a categoria Instrumentalidade em Serviço Social no âmbito do trabalho do assistente social no Sistema Único de Saúde?

Inicialmente, cabe ressaltar que a discussão da instrumentalidade em Serviço Social não se restringe aos instrumentos, técnicas e metodologias utilizadas pelos/as assistentes sociais nos seus espaços sócio-ocupacionais, conforme entendimento comumente identificado no interior da categoria profissional.

Importante pontuar, a partir das leituras da autora Odete Fernandes (2016), que essa discussão esteve ancorada até a década de 90, do século XX, ao campo do Serviço Social com bases conservadoras. Contudo, a partir da década assinalada, pode-se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

observar o avanço do debate no campo crítico e a possibilidade de utilização da discussão para o entendimento do trabalho profissional no âmbito do cotidiano, conforme indica Fernandes na fala a seguir:

Apesar do conceito de instrumentalidade permear as discussões em meados dos anos 80, foi somente a partir dos anos 90 que as questões acerca desta categoria passaram a compor pauta nas instâncias de discussão, organização, pesquisa e formação profissional do Serviço Social no Brasil. (2016, pg. 15)

A autora Yolanda Guerra (2000) recupera o debate da instrumentalidade em Serviço Social situando-a na perspectiva teórica do trabalho em Marx, ao considerar que o trabalho é a mediação entre homem e natureza. Ela destaca que:

Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. (2000, pg.3)

A autora ainda destaca a relação entre a postura teleológica e instrumentalidade ao afirmar que o ato de projetar ações e finalidades no processo de trabalho implica necessariamente uma instrumentalidade para a consecução de tais objetivos. Desta forma, a instrumentalidade, em Guerra (2000), está relacionada a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão de Serviço Social. Ela afirma que:

A instrumentalidade no exercício da profissão refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico. (2000, pg. 01)

Guerra destaca que a profissão é uma totalidade constituída por três dimensões, sejam elas, a dimensão ético-política, teórico-metodológica e a técnico-operativa, as quais se encontram articuladas entre si e presentes em cada ação profissional. Nessa direção, ela, se posiciona a partir do entendimento de que apesar da articulação entre as dimensões da profissão é a dimensão técnico-operativa a que tem maior visibilidade no âmbito da sociedade, ou seja, “dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem.” (Guerra, 2014), ou em outras palavras, pode-se dizer que tal imagem se dá no processo relacional entre os sujeitos inseridos em uma realidade social, contraditória, e mediada pelas expressões da “questão social” que se apresentam enquanto demanda e,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

portanto, requisitam respostas; e, por outro lado, as instituições empregadoras com suas normas, limites e possibilidades, as quais, também, requerem um profissional com competência; competência essa que deve ensejar em si a necessidade de conhecimento e ação profissional fincadas em uma dimensão ético-política e teórico-metodológica que se movimenta para intervir em uma realidade marcada pela dimensão estrutural e conjuntural do objeto, em um dado contexto social.

Nessa direção, pontua-se que Odete Fernandes (2016) corrobora com o pensamento de Guerra (2014) e reafirma o entendimento de que a instrumentalidade deve transcender a dimensão técnico-operativa e se articular com as demais dimensões da profissão.

Sobre a instrumentalidade, Guerra (2014) resgata a inserção da profissão no âmbito da sociedade burguesa e a sua relação com as manifestações da questão social e as respostas elaboradas pelo Estado para o enfrentamento a estas manifestações, através das políticas públicas - *lócus* de atuação do/a assistente social.

Assim, pode-se afirmar, a partir da literatura da área, que a inserção do/a assistente social na divisão sociotécnica do trabalho da sociedade capitalista, enquanto especialização do trabalho coletivo no processo de formulação e implementação de políticas sociais, traz uma gama de determinações, sejam elas sociais, políticas, científicas, históricas, econômicas, culturais ao exercício profissional; e nessa direção, destaca-se sobretudo, a hegemonia de um tipo de racionalidade na sociedade capitalista, a qual se expande até chegar ao campo profissional - a racionalidade formal abstrata.

A racionalidade hegemônica no Serviço Social é, conforme Guerra (2014) a racionalidade instrumental, a qual possibilita respostas pontuais, imediatas e focalizadas no cotidiano dos serviços.

Nosso campo de percepção do cotidiano, pela via da razão instrumental, é o da mera repetição, da rotina, limitado ao âmbito das experiências imediatas, da empiria, do factual, dos imediatismos, caos, do acaso, do fortuito. (GUERRA, 2014, pg.33)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Com outras palavras acrescenta-se que a racionalidade instrumental que se apresenta no nível do cotidiano do exercício profissional fundamenta-se na ideia de efeitos práticos, da sua funcionalidade para responder aos objetivos imediatos afastando, portanto, o pensar do fazer.

Guerra (2014) credita tal hegemonia à configuração de uma profissão interventiva, desta forma, os/as profissionais necessitam dar respostas às demandas que chegam aos serviços, ainda que em nível imediato, pontual e focalizado. Ela afirma que como profissão interventiva no âmbito da chamada “questão social”, a qual esconde seus fundamentos econômicos e políticos, apesar de necessária, se considerada de maneira autônoma, é insuficiente para dar respostas qualificadas à realidade social. (2017 pg. 50).

Porém, a autora pontua a necessidade superação da racionalidade instrumental para a razão crítico e dialética. Para Guerra:

Uma Instrumentalidade enriquecida, tendo como base a razão dialética, significa ter clareza do projeto, de onde se quer chegar, ter uma racionalidade que nos permita lançar luzes, sempre renovadas, sobre os objetivos e que os clarifique, nos permitindo explicitar o horizonte a ser alcançado e a direção a ser adotada (GUERRA, 2014, pg. 39).

Em consonância com o pensamento da autora, acima mencionado, pode-se dizer que é pela apreensão da realidade social, a partir da razão dialética, que se vislumbra a possibilidade de uma intervenção que fundamentada em suas bases teóricas e definição de finalidades, enquanto condição fundante de uma ação competente e ética, que se cria os objetivos para a concretização da ação profissional na direção do projeto ético-político, por exemplo.

Pontua-se, também, que além da hegemonia da racionalidade instrumental na profissão, Guerra (2014) resgata outras determinações no âmbito do Serviço Social, frutos ainda da sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, quais sejam: a conformação da política social e a segmentação das respostas às manifestações da questão social; e, isso impacta diretamente o exercício profissional ao exigir a adoção de respostas instrumentais, via manipulação de variáveis no cotidiano dos serviços, além de dificultar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma visão de totalidade em torno das políticas sociais. Neste contexto, as respostas profissionais se reduzem a ações instrumentais, de manipulação de variáveis para atender a determinadas demandas cotidianas sem a necessária articulação com as determinações estruturais da sociedade capitalista. Ela resgata, também, a discussão do cotidiano e a sua tendência a ser um espaço de alienação e manipulação, bem como, enquanto espaço de atuação do/a profissional. Nessa direção, sinaliza as principais características do cotidiano a exemplo da: diferencialidade, espontaneidade, imediatividade e a superficialidade extensiva.

Tais características, de acordo com Guerra (2014) podem ser observadas por meio da heterogeneidade das demandas que chegam aos serviços; a espontaneidade destas, as quais têm como consequências as dificuldades de reflexão para respostas qualificadas e o imediatismo, que suscita resolutividade para atendimento às demandas.

Nesse íterim, destaca-se, em conformidade com o pensamento de Guerra, a contribuição para o debate sobre o cotidiano e o exercício profissional de Odete Fernandes. Para a autora “o cotidiano, sempre carregado de contradições às quais o assistente social vende sua força de trabalho, frequentemente exige de nós respostas rápidas e pragmáticas às demandas apresentadas.” (Fernandes, 2016, pg. 22)

Frente ao exposto, percebe-se que os/as autores/as estudados/as realizam, através da categoria instrumentalidade, análises das determinações que a profissão sofre a partir de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, a saber: influência da racionalidade formal-abstrata; configuração enquanto profissão interventiva; condicionantes do cotidiano; conformação da política social enquanto *lócus* de atuação profissional.

Assim, através da lente desta categoria, pode-se inferir que o trabalho do/a assistente social no campo da saúde também sofre os rebatimentos de tais determinações, o que resulta em intervenções profissionais reduzidas a ações instrumentais, fragmentadas e pontuais no cotidiano dos serviços de saúde, as quais não

dialogam com a realidade social complexa e a necessidade de respostas às demandas apresentadas pelos/as usuários/as do SUS.

Parte-se da compreensão de que o debate da instrumentalidade do Serviço Social contribui ainda para a materialização do projeto profissional quanto mais enriquecida ela for. Para tanto, a categoria profissional tem como desafio o direcionamento de suas ações profissionais para além da preocupação com técnicas e instrumentos de intervenção, priorizando assim respostas coletivas nos espaços sócio-ocupacionais a exemplo da fomentação de meios que incentivem e garantam a participação dos/as usuários/as nos serviços de saúde; aliada a incessante busca pela efetivação de uma atuação profissional que supere as respostas imediatas e focalizadas identificadas no cotidiano dos serviços.

Ademais é possível apontar também, para além do entendimento das implicações teóricas, políticas e técnico-operativas que o Serviço Social sofre, a partir de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista, os caminhos para superação das ações instrumentais localizadas no cotidiano profissional na área da saúde, quais sejam: utilização da instrumentalidade enquanto mediação das três dimensões da categoria profissional, de forma a qualificar o trabalho profissional e propiciar respostas ricas, atentas e sobretudo, capazes de apreender a essência dos fenômenos para além da aparência e nessa direção responder, modo qualificado, as necessidades apresentadas pelos usuários/as dos serviços

2. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados e a dimensão técnico-operativa do Serviço Social no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A categoria profissional dispõe de um rico arsenal normativo que regulamenta o exercício profissional o qual compõe, também, as bases do projeto ético-político do Serviço Social. Para os objetivos do artigo, será destacado o Código de Ética (Resolução CFESS 273/2003) e os princípios contidos no mesmo, especialmente o princípio que dialoga com a qualidade dos serviços prestados pelos/as assistentes sociais a saber: “X.

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; ”

Posto isso, questiona-se: como o exercício profissional tem sido realizado e em que medida tem oferecido respostas qualificadas para as demandas que chegam no cotidiano dos serviços de saúde, dialogando com o compromisso ético relacionado à qualidade dos serviços prestados à população?

Sarmiento (2016) ao estudar a dimensão técnico-operativa do Serviço Social destaca o quão é significativo a discussão do pensar e fazer profissional. Nas palavras do autor: “aqui tomado no sentido de discutir ‘o que se faz’, o que objetiva e concretamente se tem realizado, isto implica, também, o reconhecimento do ‘como se faz’”. (Sarmiento 2016 pg. 30). Nessa direção, autor sinaliza, também, para a necessidade da centralidade da discussão em torno da intervenção profissional e as dificuldades localizadas no campo da academia na priorização dessa discussão.

Como já ressaltado, reitera-se a imprescindibilidade da articulação entre as dimensões da profissão - teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa - já que, em concordância com a autora Erica Francisco (2018), há que se reconhecer que para o/a assistente social dar respostas, no campo da intervenção profissional, é necessário mobilizar as demais dimensões da profissão. Erica Francisco (2018) *Apud* Santos (2013) pontua os princípios e contribuições da perspectiva teórico-metodológica, enquanto um conjunto de teorias que permitem a compreensão da sociedade burguesa e da própria ação do/a profissional. Já a dimensão ético-política diz respeito a projeção de ações com base nos valores e princípios acionados no exercício profissional.

Em continuidade, ressalta-se que diante da necessidade de se privilegiar análises em torno da intervenção profissional no campo da saúde, buscou-se o diálogo com autores/as a exemplo de Vasconcelos (2002), Bravo (2006), Matos (2013), os/as quais vêm analisando a inserção do/a assistente social, no referido campo, correlacionando o exercício profissional com as implicações éticas e políticas contidas no Projeto Ético-Profissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Vasconcelos (2002) analisando o trabalho profissional dos/as assistentes sociais da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro afirma que apesar do discurso dos/as assistentes sociais na defesa dos interesses da classe trabalhadora o que se verifica no exercício profissional é a reprodução de uma prática conservadora.

De acordo, ainda, com Vasconcelos (2002) o trabalho profissional na saúde, organizada via plantões, se caracteriza como uma prática que privilegia os atendimentos individuais para orientações, encaminhamentos e aconselhamentos, além de não priorizar o planejamento e a sistematização do exercício profissional. Diante de tal cenário, questiona-se como construir respostas qualificadas às demandas dos/as usuários/as do SUS sem priorizar uma atuação profissional comprometida com o trabalho coletivo e com o desvelamento das condições de vida da população atendida? Como enfrentar as demandas complexas, frutos de uma realidade contraditória, determinada histórica e socialmente, sem privilegiar o planejamento do próprio trabalho e o sem embasamento nos fundamentos teórico-metodológicos que permitam iluminar a leitura da realidade social?

Vasconcelos na sua análise, também, debate o formato de organização do trabalho profissional e as implicações decorrentes disso. Para a autora:

Esta forma de organização individual e coletiva do Serviço Social na saúde e a postura dos profissionais se colocarem passivos, dependentes, submissos e subalternos ao movimento das unidades de saúde - às rotinas institucionais, às solicitações das direções das unidades, dos demais profissionais e dos serviços de saúde, aceitando ainda, como únicas, as demandas explícitas dos usuários- resultam numa recepção passiva das demandas dirigidas ao Serviço Social, o que determina a qualidade, quantidade, caráter, tipo e direção do trabalho realizado pelos assistentes sociais. (VASCONCELOS, 2007, p 246).

Frente a isso, Vasconcelos (2002) indica alguns caminhos para superação de uma prática profissional passiva e subalterna, destacando a fundamental apropriação de uma perspectiva teórico-metodológica e ético-política como pressuposto para um exercício profissional consciente e crítico. Para ela os/as assistentes sociais precisam captar o movimento da ação profissional através do movimento histórico da realidade social e da apropriação teórico e ética aludida.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nas palavras de Vasconcelos os assistentes sociais:

(...) não tem tido condições objetivas - a partir de uma leitura crítica da realidade específica com a qual trabalham, enquanto parte e expressão da realidade social- de captar as possibilidades de ação contidas nessa realidade, visto que não se apropriam e/ou não estão se apropriando do referencial teórico necessário, com qualidade suficiente para uma análise teórico-crítica da sociedade na sua historicidade, o que vem impossibilitando a previsão, projeção e consequentemente a realização de um trabalho que rompa com práticas conservadoras. (VASCONCELOS, 2002, p. 32).

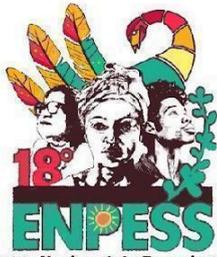
Diante ao exposto, entende-se como pertinente destacar, a seguir, algumas possibilidades de ações profissionais que, articuladas às reflexões teóricas e aos valores éticos no campo do Serviço Social, detêm a possibilidade de articulação com uma instrumentalidade forjada na razão dialética.

Nessa direção, destaca-se o entendimento de Vasconcelos (2012) sobre o debate da educação em saúde. A autora ao realizar a distinção entre as diferentes perspectivas no âmbito da saúde faz uma crítica a uma educação em saúde instrumental, restrita ao repasse de informações por meio de palestras ou entrevistas rápidas. Para a mesma, a educação em saúde envolve:

[...] as possibilidades de prevenção não só dos agravos das doenças que os usuários portam, mas da cobrança e controle social das ações que, extrapolando a saúde, determinam as suas possibilidades, como infraestrutura-água, esgoto, iluminação, habitação, etc. (2012, p. 430).

Posto isso, vale sinalizar, que na particularidade do trabalho em saúde, Borges (2017) vem afirmando que as novas diretrizes e princípios em curso no âmbito do setor saúde, a partir do desenho do SUS, põem em questionamento a qualificação dos profissionais para trabalho na área, na medida em que o modelo de atenção à saúde adotado está consubstanciado em um conceito de saúde o qual compreende que os determinantes e condicionantes da saúde da população brasileira têm relação com o acesso aos bens e serviços essenciais, conforme pode-se observar na própria legislação do SUS, a exemplo da Lei Federal 8080/1990, que informa nos seus artigos 3º e 5º :

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

(...) III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Diante do exposto, Borges (2017) acrescenta que intervir com lastro nessa concepção requer, além de um sistema de saúde que objetivamente contemple um conjunto de serviços e políticas setoriais, de modo articulado e em rede, que as ações profissionais dos assistentes sociais sejam organizadas e executadas no interior dos processos de trabalho coletivo em saúde, de forma a possibilitar a percepção e apreensão de quais determinantes e condicionantes sociais produzem e reproduzem o processo saúde-doença, uma vez que conforme sinalizam as autoras “[...] as ações profissionais passam a ter uma nova funcionalidade decorrente da adoção dos determinantes sociais como estruturantes dos processos saúde-doença.” (NOGUEIRA; MIOTO, 2007, p. 220 *Apud* BORGES, 2017).

No que tange as ações coletivas no interior dos processos de trabalho dos assistentes sociais, Vasconcelos (2012) realizou uma crítica à priorização das demandas individualizadas, identificadas na atuação do/a assistente social na Saúde. A autora resgata a importância do trabalho coletivo e da dimensão política da ação profissional, ao afirmar “[...] que as respostas às demandas dos usuários, para serem dadas na direção dos seus interesses e necessidades, colocam a exigência de ter potencializado o seu caráter coletivo e politizante. (2012, p. 249).

Entende-se que essa perspectiva se constitui como um grande desafio para o Serviço Social, além de ser um compromisso ético, uma vez que a própria configuração da política social dificulta o desenvolvimento de um trabalho, por parte dos/as assistentes sociais, que possibilite à apreensão por parte das diversas frações da classe trabalhadora das configurações estruturais e conjunturais que conformam e determinam às necessidades de saúde.

Para Vasconcelos, as contribuições do Serviço Social na Política de Saúde perpassam pelas seguintes competências:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] aos assistentes sociais- que tem como objeto a “questão social” - cabem, principalmente, organizar, aprofundar, ampliar, desenvolver, facilitar os conhecimentos e informações necessário sobre todos os aspectos da história e da conjuntura relativos à saúde e seus determinantes e à participação social e política dos usuários, a partir do conjunto de conhecimentos que a ciência tem produzido sobre a realidade social. (2012, p. 435).

Desta forma, compreende-se que a democratização de informações relativas ao processo saúde-doença abarcaria o conjunto de informações relativas à Política de Saúde e a compreensão da saúde, para além da doença, contemplando as condições de vida da população atendida, dados relativos à sua realidade social e os serviços disponíveis em cada território de atuação- conforme diretrizes da Lei Federal 8080/1990, no seu artigo 7º.

Matos (2013), analisando dados da pesquisa realizada em torno das comunicações sobre saúde apresentadas no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1990 e artigos sobre o tema, publicados na revista Serviço Social e Sociedade, afirma que há um descompasso entre o trabalho realizado no cotidiano dos serviços por parte dos profissionais quando se compara isso com o enorme avanço que significa a construção do projeto ético-político e o projeto da Reforma Sanitária. O autor também utiliza os estudos de Vasconcelos (2002) quanto à não apropriação no campo do exercício profissional dos interesses da população usuária. O autor avalia que o exercício profissional no campo da saúde tem sido realizado com pouca criticidade e distante do projeto ético-político. Matos ressalta, ainda, que

[...] a priori podemos observar que há uma rígida estrutura da materialização do exercício profissional nos serviços de saúde, uma alta prevalência de atendimentos individuais e que estes, em geral, se constituem em uma ação única, já que é imprevisível saber se o assistente social terá outro contato com o usuário. (2013, pg 61)

Em outro momento Matos e Bravo (2007) enfatizam o quão é necessária e deve se fazer presente à articulação do Serviço Social com os princípios da reforma sanitária. Eles afirmam que:

[...] cabe ao Serviço Social - numa ação necessariamente com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde (SUS) - formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde, atentando que o trabalho do assistente social na saúde queira ter como norte o projeto ético-político tem que, necessariamente, estar articulado ao projeto da reforma sanitária. (2007, p. 213).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse ínterim, cabe mencionar que Bravo e Castro (2007) já indicava o descompasso entre o debate sobre os fundamentos teóricos e ações profissionais no cotidiano do trabalho profissional. Ou seja, segundo os autores houve um crescimento na busca de uma fundamentação e consolidação teórica, contudo com poucas mudanças no que tange ao processo de intervenção. Os autores afirmam que:

(...) a intervenção é uma prioridade, pois poucas alterações trouxeram os ventos da vertente intenção de ruptura para o cotidiano dos serviços. Este fato rebate na atuação do Serviço Social na área de saúde - o maior campo de trabalho. (BRAVO & MATOS, 2007, p. 204).

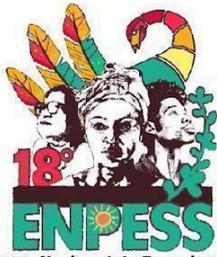
Segundo os autores, supracitados, um dos desafios para o Serviço Social é a articulação com o movimento pela reforma sanitária- e a importante luta pela saúde pública – a qual passa, necessariamente, por competências profissionais, frente às demandas e estas exigem do assistente social:

[...] as seguintes questões: busca de democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição com a realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo à participação cidadã. (BRAVO & MATOS, 2007, p. 37).

Com base no exposto percebe-se que os autores indicam alguns caminhos para um exercício profissional crítico e comprometido com qualidade dos serviços prestados no âmbito do SUS - em concordância com as indicações da autora Vasconcelos (2002) aqui já mencionado - os quais perpassam pelo redirecionamento das ações profissionais no cotidiano, conforme indicativos do projeto da reforma sanitária e do projeto ético-político do Serviço Social.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, cabe mencionar que os/as autores/as os quais dialoga-se para nortear os debate sobre o trabalho na saúde, apesar de não trabalharem diretamente com a categoria instrumentalidade, realizam estudos sobre o trabalho profissional na área da saúde e, desta forma, trazem elementos importantes para a discussão de uma instrumentalidade profícua, a partir da indicação de alguns elementos, como a necessária



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apropriação teórico-metodológica por parte da categoria profissional de forma a nortear a apreensão da realidade social e possibilitar a construção de respostas que a partir da apreensão do objeto na sua essência possam direcionar intervenções comprometidas ética, técnica e politicamente com a qualidade do que é ofertado. Para tanto, entende-se que isso não se dá sem a devida apropriação das dimensões que se constitui a profissão que, por outro lado, significa, também, a necessidade de apropriação de conhecimentos relativos à especificidade da saúde. Concomitante a isso observa-se, a partir do debate, aqui propiciado, que é imperativo mudança de rota em torno das ações profissionais, no campo da saúde, a partir de indicativos que sinalizam para a necessidades de construção de estratégias e ações que facultem a participação dos/as usuários/as na arena da política pública, no desvelamento e socialização dos determinantes sociais de saúde, no intuito, também, de instrumentalizar a população no seu processo de emancipação para que esses sujeitos possam não só apreender os determinantes estruturantes e conjunturais que incidem sobre às necessidades de saúde que se apresentam na singularidades de suas vidas; mas, que possam questionar, se posicionar e se somar às lutas pela democratização das riquezas socialmente produzidas em todos os campos que compõe a vida humana.

Acrescenta-se ainda, diante das reflexões aqui postas, que o exercício profissional no campo da saúde tem sido realizado ainda por meio de ações imediatas e fragmentadas e pela ausência de articulação com as três dimensões da profissão e com os princípios da reforma sanitária e do projeto profissional crítico do Serviço Social. Contudo, há caminhos possíveis e já sinalizados pelos/as autores/as estudados/as, os quais perpassam diretamente pelo domínio de uma perspectiva teórico-metodológica e pela construção de uma direção ético-política que possibilite a construção de caminhos coletivos em busca de justiça e cidadania, de acordo com os princípios do código de ética profissional.

Referências Bibliográficas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília.

BORGES. J. Lusitânia de J. **O Trabalho do Assistente Social no contexto do SUS e o debate sobre a qualificação profissional.** In: ARANHA, M. Lúcia; SANTOS, Vera Núbia; BORGES. J. Lusitânia de J. (Org.). Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social. 1ª ed. São Cristóvão Editora UFS. 2017.

BRAVO, Maria Inês.; MATOS, Maurílio. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate.** In: MOTA, Ana Elizabeth.; BRAVO, Maria Inês.; UCHÔA, Roberta.; NOGUEIRA, Vera.; MARSIGILIA, Regina.; GOMES, Luciana.; TEIXEIRA, Marlene. (Orgs.). Serviço Social e Saúde. Formação e Trabalho profissional. 2 ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

FERNANDES, Odete. **Categorias Fundamentais Para a Compreensão da Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. O Instrumental Técnico em Serviço Social: alguns apontamentos sobre o relacionamento.** In: COSTA, Dorival.; LAVORATTI, Cleide. (Orgs.). Instrumentais Técnicos-Operativos no Serviço Social, um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio texto, 2016.

FRANCISCO, Erica Aparecida. **Reflexões sobre a Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social com Enfoque nos Instrumentos e Técnicas.** In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22975>.

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: SANTOS, C.M.; BACKS, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017. p 49-75.

_____. **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social.** In: Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistente Sociais. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. CFESS/ ABEPSS-UNB, 2000.

_____. **Instrumentalidade do Serviço Social.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Racionalidade e Serviço social: o acervo técnico-instrumental em questão.** In: SANTOS, C.M.; BACKS, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3ª.ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 182-203.

MATOS, Maurilio. **Serviço Social Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2013.

SARMENTO, Helder. **Instrumental técnico e o Serviço Social.** In: SANTOS, C.M.; BACKS, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez. p 109-125.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. **O Instrumental Técnico em Serviço Social: alguns apontamentos sobre o relacionamento.** In: COSTA, Dorival.; LAVORATTI, Cleide. (Orgs.). Instrumentais Técnicos-Operativos no Serviço Social, um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio texto, 2016.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde.** In: MOTA, Ana Elizabeth.; BRAVO, Maria Inês.; UCHÔA, Roberta.; NOGUEIRA, Vera.; MARSIGILIA, Regina.; GOMES, Luciana.; TEIXEIRA, Marlene. (Orgs.). Serviço Social e Saúde. Formação e Trabalho profissional. 2 ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.